COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 4.191-B, DE 2001

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, permitindo ao companheiro prosseguir na ação penal, no caso de morte do ofendido ou declaração judicial de sua ausência, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 31 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão."(NR)

Art. 2º O art. 36 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36. Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o cônjuge ou o companheiro e, em seguida, o parente mais próximo na ordem de enumeração, constante do art. 31 deste Decreto-Lei, podendo, entretanto, qualquer delas prosseguir na ação, caso o querelante desista da instância ou a abandone."(NR)

Art. 3º O art. 623 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 623. A revisão poderá ser pedida pelo próprio réu ou por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão."(NR)

Art. 4º Entende-se por companheiro o previsto na Lei nº 9.278, de 10 de maio de 1996, que regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Deputado MAURÍCIO RANDES
Presidente

Deputado CARLOS MOTA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 4.191-B, DE 2001

Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, permitindo ao convivente prosseguir na ação penal, no caso de morte do ofendido ou declaração judicial de sua ausência, e dá outras providências.

EMENDA DE REDAÇÃO

Substitua-se a expressão "convivente" pela expressão "companheiro" na ementa e no art. 5º do projeto, renumerado como art. 4º da redação final.

Sala da Comissão, em

Deputado CARLOS MOTA
Relator

JUSTIFICATIVA

Para adequar o texto à emenda nº 1 da CCJC.